Requerimento

(Da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado)

Requer o encaminhamento de indicação à Direção-Geral da Polícia Federal para sugerir a apuração de eventuais ilegalidades e atos atentatórios à ordem constitucional decorrentes das declarações públicas do expresidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Felipe Santa Cruz, que podem configurar ameaça e incitação à prática de crime contra o ex-Presidente da República Jair Bolsonaro.

Senhor Presidente da Câmara dos Deputados,

Foi aprovado por esta Comissão, na reunião realizada em 12 de agosto 2025, o Requerimento nº 251//2025 (anexo), de autoria do Deputado Evair Vieira de Melo, que requer envio Requerimento de Indicação à Direção-Geral da Polícia Federal para sugerir a apuração de eventuais ilegalidades e atos atentatórios à ordem constitucional decorrentes das declarações públicas do ex-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Felipe Santa Cruz, que podem configurar ameaça e incitação à prática de crime contra o ex-Presidente da República Jair Bolsonaro.

Sala das Comissões, em 14 de agosto de 2025.

(Assinado eletronicamente)

Deputado Delegado Paulo Bilynskyj (PL-SP)

Presidente da CSPCCO





INDICAÇÃO Nº, DE 2025

(Da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado)

Sugere à Direção-Geral da Polícia Federal a apuração de eventuais ilegalidades, infrações penais e atos atentatórios à ordem constitucional em razão das declarações do ex-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Felipe Santa Cruz, que defendeu publicamente, por meio de rede social, a execução sumária do ex-Presidente Jair Bolsonaro.

Excelentíssimo Senhor Diretor-Geral da Polícia Federal,

Conforme amplamente noticiado pela imprensa¹, o ex-presidente da OAB e atual secretário de Governo do prefeito do Rio de Janeiro, **Felipe Santa Cruz**, publicou nas redes sociais, em tom comemorativo, a seguinte declaração sobre a prisão de Jair Bolsonaro: "**Traição aos cânones democráticos. No meu mundo ideal seria pena de morte. Bala na nuca!**".

Tais palavras ultrapassam os limites da crítica política ou da liberdade de expressão, adentrando o campo penal da incitação ao crime (art. 286 do Código Penal) e da ameaça (art. 147 do Código Penal), podendo ainda ser interpretadas como violação aos princípios da moralidade e da legalidade administrativa, dada a relevância institucional de quem as profere.

As declarações não foram proferidas por qualquer cidadão desavisado. Trata-se de um ex-dirigente máximo de uma das entidades de maior relevância jurídica e

¹ https://www.metropoles.com/colunas/paulo-cappelli/ex-presidente-da-oab-defende-bala-na-nuca-de-bolsonaro





:025 17:16:04.703 - Mes constitucional do país, com histórico de protagonismo político e influência direta sobre os rumos institucionais nacionais. O peso simbólico de suas palavras é amplificado pelo prestígio do cargo que ocupou e pelo momento de polarização e tensão políti¢a ş que o país atravessa.

É inadmissível que se banalize a defesa pública de execuções sumárias no ambiente democrático. Tais manifestações afrontam os fundamentos da República, notadamente os princípios da dignidade da pessoa humana (art. 1°, III, CF), legalidade penal (art. 5°, XXXIX, CF) e inviolabilidade da vida (art. 5°, caput). Ademais, é essencial refletir sobre o exemplo dado por agentes públicos e ex-dirigentes de instituições representativas no estímulo ou na naturalização da violência política.

Com efeito, quando um homem que já empunhou a honra de liderar a Ordem dos Advogados do Brasil recorre ao desejo da execução sumária como forma de justiça, não estamos diante de uma simples opinião pessoal — estamos perante um sinal sombrio da decadência moral de nossa elite intelectual. A sentença "bala na nuca" não ecoa como desabafo, mas como renúncia solene à razão, ao direito e à civilização. Trata-se de infâmia que ofende não apenas o alvo de sua ira, mas o próprio espírito republicano que sustenta nossa ordem democrática.

A História nos ensina, com sangue e sacrifício, que a verdadeira força de uma democracia não se mede pela capacidade de destruir seus inimigos, mas pela coragem de garantir-lhes o devido processo legal. Quando se abandona essa coragem em troca do ódio, substitui-se a justiça pela tolice e selvageria. Que se registre, então, com toda a firmeza: quem incita a morte de um opositor político, por mais controverso que seja, não defende a democracia — conspira contra ela. É dever dos homens livres e dos patriotas atentos rechaçar, com veemência e clareza, toda tentativa de justificar o assassinato como ferramenta de discurso. Porque não há tirania maior do que aquela que se veste com as vestes da virtude para promover a barbárie.

Diante da gravidade dos fatos, solicita-se que essa Direção-Geral da Polícia Federal:

Instale inquérito policial para apurar a materialidade e a autoria do possível crime;





- Promova a oitiva do autor das declarações e colete os registros eletrônicos postagem;
- Avalie, nos termos da lei, o enquadramento penal da conduta e a eventual necessidade de adoção de medidas cautelares;
- Encaminhe o feito ao Ministério Público para adoção das providências cabíveis.

O presente expediente visa à preservação da ordem pública, do respeito às instituições e à prevenção de discursos que instiguem o uso da violência como instrumento político, tendo em lume que tal declaração, feita de forma aberta e direta em rede social de ampla circulação, configura, em tese, conduta penalmente relevante à luz dos artigos 286 e 147 do Código Penal, por representar clara incitação à prática de homicídio e possível ameaça à integridade física de ex-presidente Jair Bolsonaro.

Sala das Comissões, em 14 de agosto de 2025.

(Assinado eletronicamente)

Deputado Delegado Paulo Bilynskyj (PL-SP)

Presidente da CSPCCO



